



53 Municipais de Saneamento que devem ser elaborados pelos municípios até o final  
54 de 2010. A necessidade de melhorar a qualidade das informações geradas pelas  
55 diversas instituições públicas, para o aprimoramento do Relatório de Situação.  
56 Finalmente lembrou a todos que o dia 22 é o DIA DA ÁGUA. A seguir Roberto  
57 Bleier tomou a palavra, cumprimentou a todos e ressaltou que o CBH-LN além de  
58 financiar projetos também é o grande palco para discussão dos problemas da  
59 região, devendo ter uma postura propositiva na busca de soluções e estratégias de  
60 ação. Ressaltou a importância das comunidades neste processo e reafirmou que a  
61 cobrança pelo uso da água não deve ser interpretado como mais um imposto, mas  
62 uma ferramenta de conscientização visando a utilização racional da água. Dando  
63 continuidade aos trabalhos, Roberto Bleier desfez a mesa e chamou a Sr<sup>a</sup> Priscila  
64 Brochado Gomes do CBRN/CTR1 para proferir sua palestra sobre **Pagamentos**  
65 **por serviços ambientais**, o primeiro item da pauta. Priscila iniciou sua palestra  
66 tecendo considerações sobre a fundamentação teórica do PSA – Pagamentos por  
67 Serviços Ambientais. Definiu o PSA como uma *“Transação voluntária através da*  
68 *qual uma atividade desenvolvida por um provedor de serviços ambientais, que*  
69 *conserva ou recupere um serviço ambiental previamente definido, é remunerada*  
70 *por um pagador de serviços ambientais, desde que o provedor comprove a*  
71 *provisão desse serviço”* e citou os principais Serviços Ambientais associados aos  
72 ecossistemas florestais relacionados aos recursos hídricos, às mudanças  
73 climáticas e à biodiversidade. Expôs a experiência de Sukhomajiri na Índia.  
74 Explanou o esquema básico do pagamento por Serviços Ambientais, os seus  
75 diversos níveis e sua lógica. Explanou sobre a proposta de Política de PSA da  
76 Secretaria de Estado do Meio Ambiente, entendido como mais um instrumento  
77 (econômico) de interesse para políticas públicas ambientais, não substituindo as  
78 políticas de comando e controle. A proposta visa fomentar iniciativas de  
79 conservação e recuperação do patrimônio ambiental paulista e alavancar o  
80 desenvolvimento econômico sustentável do Estado. Citou as cinco diretrizes da  
81 política de PSA do Estado: i- Integração com demais políticas, planos e programas  
82 ambientais; ii – Fortalecimento de políticas de redução de pobreza e inclusão  
83 social; iii – Flexibilidade para a definição de programas e projetos com diferentes  
84 características considerando as especificidades ambientais e sócio-econômicas; iv  
85 - Áreas prioritárias selecionadas segundo critérios técnicos definidos em  
86 consonância com os objetivos dos programas, de modo a maximizar benefícios  
87 ambientais e sociais; v – Coordenação entre Programas de PSA de abrangência  
88 estadual, regional e municipal: maximização da provisão de serviços  
89 ecossistêmicos e minimização dos custos dos programas. Exemplificou algumas  
90 atividades que podem ser contempladas Reflorestamento de vegetação nativa;  
91 Proteção de ecossistemas naturais; Técnicas de manejo de solo; Adoção de  
92 técnicas agrícolas de impacto ambiental reduzido. Abordou os programas do  
93 Governo do Estado para o PSA: Programa Protetor das Águas (Proteção,  
94 conservação e melhoria da qualidade e da disponibilidade de recursos hídricos) e  
95 o Programa protetor do Verde (Conservação da diversidade biológica, Proteção da  
96 paisagem e Mitigação dos efeitos das mudanças climáticas). Terminada a palestra,  
97 Roberto Bleier solicitou a presença de Adriano Lopes de Melo, Gestor do Núcleo  
98 Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar para apresentar **estudo de caso**  
99 **aplicado ao pagamento por serviços ambientais**, tema de tese de mestrado na  
100 Bacia Hidrográfica do Rio São João no Estado do Rio de Janeiro. Adriano iniciou  
101 sua apresentação fazendo um breve diagnóstico sobre O que são Serviços  
102 Ambientais e quais os benefícios que os mesmos podem trazer para a gestão  
103 ambiental como um todo. São eles: Provisão de alimentos, Fibras e Energia;  
104 Manutenção de recursos genéticos para o desenvolvimento de produtos  
105 industriais, farmacológicos e agrícolas; Provisão de madeiras e minerais;  
106 Estabilização do clima; Controle de pestes e doenças; Purificação do ar e da água;  
107 Controle de erosão; Manutenção da fertilidade do solo e ciclo de nutrientes;

108 Estética da paisagem e possibilidades de lazer e **REGULAÇÃO DO FLUXO E**  
109 **QUALIDADE DA ÁGUA**. Mencionou ainda que o mesmo deve ser adaptado a  
110 cada realidade sócio-ambiental, que “cada caso é um caso”. Após isto, o mesmo  
111 proferiu uma apresentação sobre um estudo de caso da Bacia Hidrográfica do Rio  
112 São João, RJ – seu trabalho de mestrado.

113 A seguir o presidente da mesa submeteu a ata da plenária do CBH-LN de  
114 11/12/2009 à avaliação e aprovação. Paulo André solicitou que na linha 56 da ata  
115 seja informado que o CEDS – Centro de Experimentação de Desenvolvimento  
116 Sustentável do Litoral Norte é a entidade que apoiou a ONG Onda Verde para  
117 subsidiar a participação de representantes da sociedade civil no fórum do CBH-LN  
118 e APA Marinha do Litoral Norte. Efetuada a correção a ata foi aprovada por  
119 unanimidade. Dando continuidade à Plenária, Roberto Bleier solicitou a presença  
120 de Débora Olivato, coordenadora do **G-TEA para expor as atividades do grupo**  
121 **em 2009 e as propostas para 2010**. O G-TEA foi criado em 13/3/2007. Em 2009  
122 foram realizadas 11 reuniões. O grupo tem trabalhado no sentido de garantir o  
123 fortalecimento do G-TEA, com a participação ampla de municípios, estado e  
124 ONGs. Houve a participação do Seminário de Formação em Educação Ambiental  
125 no SINGREH realizado em Salvador/BA no período de 06 a 08 de 2009. Está  
126 previsto para maio de 2010 um grande evento de educação ambiental composto  
127 por 3 eventos: I Fórum de Educação Ambiental; II Encontro de Educação  
128 Ambiental e Recursos Hídricos e Seminário para a Sustentabilidade do Litoral  
129 Norte. Os eventos citados ocorrerão simultaneamente nos dias 27, 28 e 29 de  
130 maio de 2010, no município de Caraguatatuba, antecedendo as comemorações da  
131 Semana do Meio Ambiente de 2010. No dia 27 será realizado no Teatro Mário  
132 Covas e nos dias 28 e 29 no Centro Universitário Módulo (Centro). O objetivo dos  
133 eventos é o de integrar e fortalecer as ações, programas e projetos de Educação  
134 Ambiental do Litoral Norte de São Paulo, com vistas à melhoria da qualidade de  
135 vida e da qualidade ambiental dos municípios da região A proposta surgiu a partir  
136 do diálogo de um conjunto de instituições e de profissionais que atuam na área, e  
137 vem sendo coordenados pelo Comitê de Bacias do Litoral Norte através do GTEA  
138 – Grupo de Trabalho de Educação Ambiental; pelo Centro de Experimentação para  
139 o Desenvolvimento Sustentável/CEDS, por meio do colegiado Realnorte, a  
140 Petrobras e a Universidade Católica de Santos (UNISANTOS) -, e pela Agenda 21  
141 Regional. Além disso, a intenção é envolver as escolas da rede pública e privada  
142 de ensino, organizações governamentais e não governamentais, técnicos das  
143 instituições que integram o CBH-LN, tomadores de recursos do FEHIDRO para  
144 projetos relacionados à educação ambiental, estudantes e profissionais  
145 interessados na temática, e comunidade em geral. No conjunto de suas atividades  
146 oferecerão momentos de aprendizagem, troca de informações, discussão etc., a  
147 partir de mesas-redondas com especialistas na área, apresentações de trabalhos  
148 (de escolas, ONGs, Órgãos públicos e privados etc.), oficinas, debates, entre  
149 outros. O evento será gratuito e aberto a todos os interessados. Terminada a  
150 exposição de Débora, a presidência da mesa solicitou a presença de Fernando  
151 Parodi, **ex-coordenador da CT-PAI para expor as atividades da câmara técnica**  
152 **de planejamento e assuntos institucionais**. Em 2009 a CT-PAI trabalhou na  
153 avaliação e pontuação dos projetos financiados com recursos Fehidro;  
154 acompanhamento e articulação de ações com a Secretaria Executiva; revisão e  
155 atualização da Deliberação de Critérios para análise pontuação e classificação de  
156 projetos; revisão do Plano de Bacia 2008 e elaboração do Relatório de Situação da  
157 Bacia (Modelo Geo - Indicadores). Sylvio – Secretário Executivo do CBH-LN e  
158 atual coordenador da **CT-PAI** informou que existe cronograma para revisão do  
159 Plano de Bacias. Que o processo de cobrança pelo uso da água está em fase final;  
160 que a data final para avaliação dos projetos a serem financiados pelo FEHIDRO é  
161 9 de abril, ressaltando que a oficina para elaboração de projetos teve ótima  
162 participação. Foi chamado Fernando Parodi, coordenador do GT-COB para

163 explicar a **situação do processo de cobrança pelo uso da água**. Parodi  
164 apresentou um histórico dos trabalhos do GT-COB desde 2007 o qual contemplou;  
165 assimilação da legislação e conceitos aplicáveis à cobrança; elaboração da  
166 primeira versão de minuta de regras de cobrança; apresentação de relatório de  
167 situação ao colegiado; definição pela implantação da cobrança e continuidade dos  
168 trabalhos do GTCOB e definição de diretrizes: fins educativos e melhoramento do  
169 gerenciamento. Em 2008 o grupo trabalhou a obtenção dos dados da CETESB;  
170 montagem de uma base de cobrança com base nos critérios definidos; execução e  
171 apresentação de simulação de arrecadação; oficina de São Pedro; reuniões  
172 técnicas com o DAEE e elaboração de um primeiro cronograma de implantação da  
173 cobrança. Em 2009 a evolução limitada dos trabalhos tendo em vista a  
174 necessidade de revisão do Plano de Bacia para incorporar objetivos e metas no  
175 uso dos recursos oriundos da cobrança, mas avançou quanto à correções e  
176 adequações das regras de cobrança e solução de dúvidas técnicas pendentes.  
177 Atualmente os trabalhos do GT-COB encontram-se em fase da obtenção de base  
178 de dados DAEE atualizada (Ref. Janeiro 2010); complementação e atualização de  
179 dados para elaboração do Estudo de Fundamentação da Cobrança (65%,  
180 aproximadamente); revisão e adequação da minuta de cobrança pelo uso da água;  
181 revisão de cronograma de implantação e programação de reuniões públicas. Além  
182 disso, Parodi apresentou a fundamentação legal da cobrança pelo uso da água, os  
183 objetivos da cobrança, seus princípios, quem deve pagar pelo uso da água, como  
184 é o cálculo da cobrança e perfil dos usuários do litoral norte. As estimativas de  
185 arrecadação são as seguintes: no 1º ano deverá contemplar 80% dos usuários -  
186 R\$ 3.060.441,05; no 2º ano com 90% dos usuários - R\$ 3.442.996,18 e no 3º ano  
187 contemplando 100% dos usuários - R\$ 3.825.551,31. Finalmente apresentou uma  
188 proposta de cronograma e as seguintes pendências: conclusão do Estudo de  
189 Fundamentação da Cobrança até o fim de abril 2010; contato com os usuários da  
190 base de cobrança para confirmação de dados; programação de Reuniões com  
191 representantes dos usuários para discussão dos valores dos PUB's e CP; ajustes  
192 na Deliberação de cobrança e aprovação da Deliberação de Cobrança em julho de  
193 2010. Cláudio do Instituto geológico perguntou qual será a estratégia do CBH-LN  
194 para a obtenção de dados atualizados do cadastro do DAEE. Parodi informou que  
195 será por meio do "ato convocatório". Marchiori da CATI solicitou inserir no artigo  
196 10º da deliberação sobre a cobrança pelo uso da água até 25% destinados ao  
197 financiamento de projetos e ações de monitoramento e cadastramento de  
198 sistemas de abastecimento de água, de irrigantes, de poços e de usos de  
199 fins industriais, mineração, e regularização das respectivas outorgas além de  
200 inserir o princípio do pagamento por serviços ambientais na cobrança pelo uso da  
201 água. Roberto Bleier trouxe à reflexão da plenária a necessidade de criar a  
202 Agência de Bacias para poder atender a todas estas demandas. Sylvio informou  
203 que a Secretaria de Meio Ambiente do Estado deverá contratar uma empresa para  
204 proceder a divulgação do processo de cobrança pelo uso da água. A presidência  
205 da mesa submeteu à aprovação da plenária a deliberação que "aprova  
206 cronograma de implantação da cobrança pelo uso da água no âmbito da UGRHI  
207 3". Colocado em votação, esta foi aprovada por unanimidade. Denise Formaggia  
208 coordenadora da CT-SAN **apresentou o relatório de atividades da câmara  
209 técnica de saneamento** em 2009 que abrangeu o acompanhamento da revisão  
210 do Relatório de Situação e revisão do Plano de Bacias do LN e atualização dos  
211 indicadores de bacias; a promoção de 3 eventos técnicos; a oficina sobre Soluções  
212 Alternativas de Abastecimento de Água – 5/maio; o Seminário sobre Emissários  
213 Submarinos – 8/outubro; a Oficina sobre a Bacia do Rio Juqueriquerê –  
214 15/dezembro; o fomento à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento com  
215 reuniões com os prefeitos e respectivos GELs (São Sebastião, Ilhabela e Ubatuba)  
216 e palestras temáticas nas reuniões da CT-SAN; a Implementação de projeto-

217 piloto de gestão integrada de Bacias Hidrográficas – Rio Juqueriquerê com apoio  
218 da ACAJU, Instituto Supereco e CEDS; o apoio ao CBH-LN - análise de projetos  
219 do FEHIDRO e a elaboração e divulgação do Boletim semanal da CT-SAN. Para  
220 2010 a CT-SAN pretende: promover palestras temáticas nas reuniões da CT-SAN  
221 para subsidiar os municípios em seus PMSA (já foram organizadas palestras sobre  
222 a lei de saneamento e o processo de regulação); acompanhar a elaboração dos  
223 PMSA; promover encontros técnicos sobre assuntos de interesse na área de  
224 saneamento; desenvolver o projeto de gestão integrada da Bacia do Rio  
225 Juqueriquerê; apoiar o CBH-LN no que necessário (análise de projetos, cobrança  
226 pelo uso da água, etc); avaliação da implementação do Plano de Bacias na área  
227 de Saneamento; efetuar análises crítica dos indicadores de Bacias e continuar a  
228 editar o Boletim da CT-SAN. A seguir o Secretário Executivo do CBH-LN solicitou a  
229 aprovação da plenária para que o CBH-LN possa estabelecer **parceria com o**  
230 **CEDS** – Centro de Experimentação de desenvolvimento Sustentável do Litoral  
231 Norte para realização do Workshop e Seminário de Saneamento a realizar-se em  
232 abril e setembro, bem como os eventos de Educação Ambiental programadas para  
233 maio de 2010. A plenária aprovou a parceria por unanimidade. A seguir Roberto  
234 Bleier solicitou a plenária se concorda que o **CBH-LN tenha assento no**  
235 **Conselho do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo São Sebastião.** A  
236 plenária aprovou por unanimidade. Às 13:30h o presidente do CBH-LN deu por  
237 encerrada a reunião plenária, cuja Ata foi lavrada por mim, Denise Maria Elisabeth  
238 Formaggia, representante da Secretaria de Estado da Saúde no CBH-LN.